



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

HENRIQUE CAVALCANTE PUREZA

30 DE MARÇO: um estudo sobre a abordagem da abolição da escravatura nas
escolas de Benevides

ANANINDEUA
2022

HENRIQUE CAVALCANTE PUREZA

30 DE MARÇO: um estudo sobre a abordagem da abolição da escravatura nas escolas de Benevides

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Licenciatura em História, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará-Campus Ananindeua.

Orientadora: Profa. Dra. Sídiana da Consolação Ferreira de Macêdo

ANANINDEUA
2022

Agradecimentos

Chega ao fim o ciclo da graduação. Quase 5 anos entre desistências e conquistas, medo e coragem, sobretudo durante a um dos momentos mais difíceis da história humana, a pandemia da COVID-19, felizmente sendo combatida pela ciência e pelos que abominam o negacionismo tão praticado nestes últimos anos.

Minha trajetória acadêmica não começou em 2018, mas sim em 2014 quando um simples incentivo do meu professor de História do ensino médio, Rosivaldo Cardoso, fez toda a diferença para o início da caminhada. Minha trajetória começou quando a dona Solange, minha mãe, me deu um ultimato de que eu precisava fazer a prova do ENEM, mesmo sem ter pretensões. Para abrir esta seção de agradecimentos, consagro-os com as primeiras homenagens.

Para esta manifestação, não posso deixar de explicar minha gratidão à coordenação e aos professores do antigo cursinho municipal de Murinin de 2015 e 2016, cujo apoio e suporte foi determinante para que eu não pensasse em desistir. Agradeço a ex-coordenadora do cursinho e minha amiga do coração, Leninha, por não ter permitido que eu abandonasse aquelas tão preciosas aulas de redação, as quais foram fundamentais para a minha aprovação não só na maior universidade do Norte, mas também em outras 4.

Sou grato pelos meus amigos conquistados ao decorrer do ensino médio e cursinho, Roger Freitas, Juliane Sousa, Karina Chaves e Alice Barbosa que nunca deixaram de acreditar em mim, apesar da rotina incessante, sempre estiveram por perto quando eu mais precisei. Peço desculpas aos outros importantes amigos e amigas que não irei citar aqui para não me estender muito, porém saibam que sou grato pela consideração e contribuição de cada um, seja na escola ou no pré-vestibular.

Sou feliz por ter tido o privilégio de adentrar à turma de 2018 a qual pude conhecer pessoas muito especiais e que, sem dúvidas, levarei por toda a minha vida: Ellem Sousa, Enzo Reis, Nathalia Alencar, Talita Rosário e Vitória Barros. Obrigado por todo o companheirismo e lealdade durante todos estes anos, meus amigos.

O meu muito obrigado à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Sidiana Macedo por ter aceitado me orientar neste desafio. O meu muito obrigado a todo o corpo docente da faculdade de história do campus de Ananindeua cuja competência é invejável: Adilson Jr., Anna Maria Linhares, Francivaldo Nunes, a própria Sidiana, Sueny Diana, Wesley Kettle e Wesley Garcia, além do nosso excelentíssimo secretário, Matheus Reis.

Ademais, ao meu pai, José Augusto, por ter incentivado e acreditado em um futuro melhor para a minha vida por meio da educação; ao meu irmão, Rikelme, pelo apoio, muitas vezes indireto, mas captado por mim; e, principalmente, àquela que foi o meu combustível e a minha motivação por todos os dias vividos, minha mãe, Solange Pena Cavalcante, doméstica por quase toda a vida, a qual está tendo o sonho realizado ao ver seu filho, mais velho, se formando pela Universidade Federal do Pará e concluindo mais uma etapa importante da vida. Meus agradecimentos eternos.

Esse trabalho de conclusão de curso, portanto, só está sendo possível graças às políticas públicas implantadas a partir de 2002, em primeiro lugar, o Bolsa Família, em segundo, as políticas de cotas, imprescindíveis para eu ter chegado até aqui. Assim, continuarei acreditando no poder transformador da educação e espero, um dia, contribuir para a mudança significativa da vida de outras pessoas tal como a minha foi mudada. Obrigado a todas e todos que se fizeram presentes na minha árdua, mas satisfatória caminhada!

30 DE MARÇO: um estudo sobre a abordagem da abolição da escravatura nas escolas de Benevides

Henrique Cavalcante Pureza¹

Resumo

Este artigo tem como propósito a análise e discussão de como a abolição da escravatura de Benevides, ocorrida em 30 de março de 1884, é abordada nas escolas do município. Para a compreensão do assunto, foram realizadas entrevistas com 5 profissionais (professores e gestoras) das redes municipal, estadual e privada da cidade – priorizando o distrito de Benfica –, referentes às formas de apresentação desse tema para os alunos, visando entender também se esses educadores, como parte da comunidade escolar, relacionam a memória do 30 de março com a educação antirracista. Diante disso, parte-se do pressuposto de que a priorização de discussões sobre o combate ao racismo, nas escolas, seria totalmente coerente com a história de resistência de Benevides, cuja expressão “Terra da Liberdade”, usada por autores como José Leôncio Siqueira e Ana Carolina Cravo em suas obras sobre o tema do abolicionismo em Benevides, é considerada o símbolo maior e motivo de orgulho da cidade. Dessa forma, há a hipótese de que as instituições municipais, estaduais e privadas da cidade abordam, de maneira superficial e apenas factual a data histórica; por outro lado, também se cogita a possibilidade de haver maior abertura no calendário das escolas municipais, para trabalhar uma programação sobre o 30 de março, promovendo discussões mais profundas sobre o tema, diferente das estaduais e privadas que podem se dedicar à conclusão dos conteúdos programáticos.

Palavras-chave: Abolição. Antirracismo. Escravatura. Escolas. Racismo.

¹ Graduando de licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: hq.hist@gmail.com

núcleo colonial, uma referência no que diz respeito à produção agrícola provincial, sobretudo para o abastecimento alimentício de Belém.

“Diante do problema de abastecimento, agravado pela crescente entrada de pessoas destinadas a extração da borracha e a dificuldade da chegada desses gêneros a capital, devido à acessibilidade se fazer complicada dos alimentos advindos dos municípios do interior. Tornando dessa forma a aquisição dos víveres, principalmente as camadas menos abastadas da região, cada vez mais dificultoso. Buscando solucionar essa problemática as autoridades provinciais promovem uma política de incentivo aos projetos de colonização, organizados em forma de colônias agrícolas com o objetivo de se tornarem produtoras dos gêneros alimentícios que abasteceriam a região, principalmente a capital. Assim, surge ao longo da Estrada de Ferro Belém – Bragança vários núcleos agrícolas a fim de “servir” Belém, e Benevides foi a primeira delas.” (CRAVO; BEZERRA NETO, 2010, p. 852)

A colônia além de distante da capital, também era de difícil acesso. José Leôncio (2014, p. 147), conta que havia apenas duas estradas de acesso à Benevides, sendo:

“a primeira utilizada pelo Presidente e sua comitiva, no dia da inauguração do Núcleo; a segunda, via Benfica, precariamente conservada, que passou a ser utilizada para o transporte de madeira e, a partir de 1882, foi transformada no Ramal de Benfica, com tráfego de vagões puxados à tração animal”.

Mediante a isso, com o objetivo de facilitar a comunicação com as outras localidades próximas, o historiador destaca que:

“o Capitão Valentim José Ferreira iniciou, imediatamente, a construção da Estrada de Taiassuí, entregue em 9 de setembro de 1875, aproximando as localidades situadas às margens do Rio Guamá, estreitando os espaços que separavam as localidades de Bujaru, Ourém, São Miguel do Guamá, enfim, todas as áreas ribeirinhas habitadas que, antes, precisavam contornar a Capital da Província, navegar pela Baía do Guajará, Furo do Maguari, Rio Benfica e, de lá, deslocar-se 9 km pela estrada para, finalmente, alcançar Benevides”. (SIQUEIRA, 2014, p. 147-148)

A partir dessas transformações geográficas e com novos acessos à colônia, os planos colonizadores pareciam começar a dar certo, porém aos poucos ficou evidente que o núcleo colonial “não correspondeu às expectativas dos Presidentes da Província” (SIQUEIRA, 2014, p. 148). Problemas ligados aos colonos europeus que não estavam conseguindo se adaptar ao território e o despreparo referente ao manejo do solo, impulsionaram um enorme prejuízo como afirmou Sá Benevides:

“Os novos agricultores desconheciam as técnicas de manejo do solo, as melhores formas de plantio e não sabiam identificar as plantas e suas propriedades; a maioria deles veio de áreas urbanas, acostumado há um tipo de vida totalmente diferente, acreditando nas promessas vinculadas através de seus Consulados”. (SIQUEIRA, 2014, p. 148)

Diante dos entraves, não demorou muito para que os emigrantes fossem repatriados e que novos colonos chegassem à Benevides, porém desta vez, vindos do Ceará. O jornal *A Constituição* comemora com efervescência a chegada dos cearenses à Colônia de Benevides, “pois que era este o nosso mais ardente desejo”².

Seguindo a mesma linha, conforme Francivaldo Nunes (2008, p. 106), em sua análise à matéria do jornal *O Liberal do Pará*:

“esses seriam capazes de desenvolver a agricultura muito mais do que os estrangeiros, uma vez que eram conhecedores da natureza da região Amazônica; o que significava reconhecer as árvores que poderiam ser comercializadas e os produtos da floresta utilizados tanto na alimentação, como na construção de casas.”³

Desse modo, o núcleo colonial agrícola de Benevides, com perspectivas de mudança, a partir da nomeação de João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 1876, como novo presidente da Província do Grão-Pará, transforma-se em Núcleo Nacional, mas com “apenas 17 famílias francesas e 26 colonos nordestinos ocupando a imensa área” (SIQUEIRA, 2014, p. 154).

Entretanto, uma reviravolta no Núcleo nacional proporcionou o crescimento significativo dos migrantes nordestinos, mobilizados a fugirem das secas da região de origem em busca de melhores condições de vida. Em concordância com Francivaldo Nunes (2008), um senhor cearense, Manuel Dubas, que estava a caminho dos seringais amazônicos, foi redirecionado para a Colônia de Benevides, onde:

² A CONSTITUIÇÃO. Quinta, 14 de junho de 1877, p. n. 134.

³ O LIBERAL DO PARÁ. *Immigrantes*. Belém, 12 de junho de 1877, p. 01.

“obtendo as mesmas vantagens, que então eram feitas pelo governo aos colonos estrangeiros que já ocupavam alguns lotes, recebera de início um terreno, adiantamento de víveres nos primeiros seis meses, ferramentas e outros instrumentos aplicáveis à agricultura da terra, além de um auxílio de 25\$000 em dinheiro”. (NUNES, 2008, p. 104)

Com o estímulo por parte da Província do Grão-Pará para atrair cada vez mais migrantes nordestinos, o governo daquele período criou Comissões para atender a grande demanda de pessoas que chegavam. Segundo José Leôncio (2014, p. 161), “a Província estava integralmente mobilizada, sensibilizada com o sofrimento do povo nordestino: doentes, debilitados pela seca, pela fome, pela falta de higiene; mas, lutando até o final pela última gota de esperança”.

Ademais, após a legitimação dos migrantes à Colônia Nacional e o seu consequente crescimento, “o Núcleo de Benevides teve sua área geográfica alterada, em 5 de abril de 1878, com o desmembramento de Santa Izabel que, na oportunidade, teve seu topônimo oficialmente reconhecido” (SIQUEIRA, 2014). Com base nisso, Benevides deixou a categoria de Colônia e foi elevado a povoado, mas “preservou o nome de Colônia, acrescentando a este uma complementação; passou a se chamar: *Colônia de N. S^a. do Carmo de Benevides*” (SIQUEIRA, 2014).

Após tal mudança, a Colônia de Benevides passou a se destacar por outra questão, desta vez, não ligada à produtividade da terra, mas sim à luta contra a escravidão. Benevides, tornou-se refúgio de muitos negros em condição de escravidão, seguindo o exemplo da Província do Ceará onde as ideias abolicionistas estavam fervorosas, organizadas pelas Sociedades libertadoras.

Por meio dos movimentos abolicionistas e resistência dos cativos, o ano de 1884 foi marcante na luta pela abolição, começando pelo Ceará. “A abolição da escravidão na Província do Ceará, a 25 de março de 1884, catalisou o avanço do abolicionismo nas províncias do extremo norte” (BARBOZA, 2013).

Intrinsicamente ligado a isso, a colônia no noroeste do Pará, inspirada pelos movimentos em prol da liberdade no Ceará e sobre liderança do Dr. Pinto Braga,

cria a Sociedade Libertadora de Benevides (SLD) que “atuou em favor da libertação, acoutamento e agenciamento da mão escrava que em fuga dirigia-se ao núcleo” (CRAVO, 2014). No entanto, para Ana Carolina Cravo (2014, p. 27), é “importante deixar claro que o movimento abolicionista de Benevides através da SLB poderia estar agindo por interesses próprios e não como uma mera reprodução” do que acontecera no Ceará.

Assim, apesar de não ser possível enumerar a quantidade de escravizados que fugiram para Benevides, durante a década de 1880, por conta da pouca mobilidade da imprensa e da própria polícia em relação aos registros, é inegável a importância de Benevides “enquanto polo catalisador de escravos fugidos em busca de liberdade” (BEZERRA NETO, 2000).

Em virtude das mobilizações que objetivavam a luta contra a escravidão, em 30 de março de 1884, 4 anos antes da assinatura da Lei Áurea (1888), a colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides, torna-se definitivamente livre da escravatura. Em cerimônia, “às seis horas da manhã do dia 30 de março de 1884, a Colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides despertou, com a salva de vinte e um (21) tiros, anunciando o raiar da liberdade no coração do Pará” (SIQUEIRA, 2014, p. 215).

Sobre o pedido e serviços do Dr. Pinto Braga, presidente da SLB, o presidente da Província do Grão-Pará, Visconde de Maracaju junto à sua Comissão Presidencial, participaram da “Festa do Abolicionismo” em Benevides. O jornal *A Província do Pará* publicou sobre a entrega das cartas de alforrias aos 6 escravizados que viviam na colônia:

“Sendo as quatro primeiras sem ônus algum, e as duas últimas sob a condição de servirem os libertandos, durante dois annos, como que teve em vista a ex-proprietária conserva-los em sua companhia algum tempo, por serem os mesmos libertandos muito novos: Mauricio, 29 annis, Quitéria de 24, pertencentes ao Sr. Dr. Pinto Braga; Florencia de 26 annos; pertencente a D. Thereza Chistina Pinto Braga, Gonçalo, de 30 annos, Macario de 20 e Luiz de 14, pertencentes a D. Maria José de Mesquita e seus filhos”⁴

⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 04/04/1884, “festa da Libertação em Benevides” apud (BARBOZA, 2013, p. 9)

No clima emancipador, O jornal *A Constituição* ao falar sobre a festa do abolicionismo, celebrou o marco histórico do 30 de março:

“Foi assim que Benevides celebrou a sua redempção [redenção], foi assim que n’uma das localidades desta rica província os seus habitantes festejaram a mais esplendida victoria dos tempos hodiernos: a liberdade de seus irmãos.
Horrah por Benevides!”⁵

O marco histórico deu a Benevides o status de primeira cidade da Amazônia e segunda do Brasil a abolir a escravatura, fato que garantiu e garante, até hoje, o nome de “*Terra da Liberdade*”, expressão a qual é motivo de orgulho de seu povo e dos cidadãos paraenses. De acordo com Ana Carolina Cravo (2012, p. 357) “esse fato será ainda relevante na construção de uma memória em torno do atual município como sendo o ‘berço da redenção escrava na Amazônia’”.

Embora destacar a história de luta e resistência de Benevides no processo histórico da abolição, no Brasil, seja de extrema importância, comemorar o 30 de março não se faz suficiente, pois é necessário discutir o papel das efemérides como espaços de reflexão e desnaturalização de mitos, tal como o da democracia racial⁶. Isso porque, em 2022, em pleno século XXI, os casos de racismo ainda incomodam e matam a população negra. Djamila Ribeiro, em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, diz que a luta contra o racismo mostra que é necessário matar o opressor que há em nós, e isso não é feito apenas se dizendo antirracista: é preciso fazer cobranças (RIBEIRO, 2019).

Dessa forma, levando-se em consideração que a escola pode ser um espaço fundamental para a constituição do senso crítico dos alunos, além da consciência cidadã, pode-se inferir que uma das principais aliadas na luta contra o racismo que impera na sociedade brasileira é a própria instituição escolar. Sendo mais

⁵ A CONSTITUIÇÃO. Terça, 01 de abril de 1884, p. n. 75.

⁶ Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação (DOMINGUES, 2005).

específico, porém, de que maneira os alunos e alunas recebem da comunidade escolar a discussão sobre o 30 de março nas instituições de ensino de Benevides?

De práxis, para Keila Carvalho (2012, p. 6), “durante muito tempo, imperou nos currículos escolares o ensino de uma História Factual, centrada na memorização, o que fez com que a disciplina se tornasse estigmatizada como matéria chata, decorativa e, até mesmo, inútil”. Assim, profissional da educação ou não, todos com um mínimo de consciência histórica, sabem da importância de desconstruir essa imagem estigmatizada da disciplina, a fim trabalhar o ensino de História de maneira crítica e social, justamente para que o aluno possa entender a importância desse componente curricular para a compreensão do seu lugar social e autorreconhecimento enquanto sujeito histórico, fato que salienta a necessidade da História para tratar do 30 de março e da causa antirracista, assim como também são fundamentais as disciplinas de sociologia e filosofia.

O objetivo deste artigo, logo, é pesquisar, entender e discutir como a comunidade escolar, em especial os professores, abordam a abolição da escravatura de Benevides para os alunos, isto é, de maneira meramente factual ou com a preocupação de fazer pontes de reflexão do passado ao nosso presente. Não obstante, parte-se do pressuposto de que é fundamental entender se as instituições de educação do município colocam em debate a temática do 30 de março atrelada à educação antirracista e à luta contra o preconceito, haja vista que não tem como falar da nossa história sem olhar para o presente da sociedade.

Desse modo, é crucial perceber que a própria cidade dá a possibilidade de trabalhar a memória do abolicionismo por meio das representações monumentais e patrimoniais existentes, bem como o monumento de Benevides que retrata a libertação dos escravizados, o busto de um homem negro liberto, que fica no centro da cidade e o antigo Engenho de Santa Sophia.

Figura 2: antigo Engenho de Santa Sophia

Fonte: site da Prefeitura de Benevides

Em vista disso, ao decorrer deste texto, serão analisadas entrevistas de 5 educadores que trabalham nas redes estadual, municipal e privada de Benevides visando entender o olhar de cada profissional acerca da efeméride que está diretamente ligada ao social do município. Para a pesquisa, vale frisar que a escolha das escolas se deu em função da proximidade uma das outras. Abaixo é possível observar a identificação das escolas, localização e dados sobre o perfil dos alunos de cada uma.

Tabela 1 - Informações sobre as escolas da pesquisa

Escolas	Nível de Ensino	Localização	Número total de alunos	Faixa etária	Situação socioeconômica
Escola Professora Ana Teles	Ensinos Fundamental II e Médio	Centro de Benevides	1300	11 a 17 anos	Baixa
Escola Leão Irineu Haussler Delgado – Anexo I	Ensino Fundamental II	Santa Maria	280	11 a 15 anos	Baixa
Centro Educacional Caminho Brilhante	Ensinos Infantil, Fundamental I e II	Murinin	197	3 a 15 anos	Média

Escola Municipal Antonina Garcia	Ensinos Infantil e Fundamental I	Benfica	347	3 a 10 anos	Baixa
Escola Municipal Paulina Ramos	Ensinos Infantil e Fundamental I	Santa Maria	272	3 a 10 anos	Baixa

Fonte: Organizado pelo pesquisador, 2022.

A coleta de dados foi realizada com muitas limitações ainda por conta dos entraves provocados pela COVID-19. Assim, aplicou-se um questionário por meio do app de mensagens instantâneas, WhatsApp, pois foi possível frequentar as escolas de maneira presencial, poucas vezes, fato que impediu o acesso a informações mais precisas sobre os espaços e número de professores, em decorrência das questões burocráticas das instituições.

Portanto, a partir do levantamento da pesquisa, poderemos comparar e perceber convergências e divergências que poderão possibilitar reflexões e discussões sobre valorização do 30 de março como uma data que vai além de um mero feriado municipal, sem relevância, mas portador de um simbolismo de extrema importância para a luta contra o racismo, dentro e fora do município, uma vez os sujeitos em questão são alunos e alunas cuja formação como cidadãos poderá fazer grande diferença em breve.

O texto terá como pontapé inicial a discussão sobre a memória acerca do abolicionismo em Benevides e, posteriormente, adentraremos à análise das respostas dos professores e gestoras que participaram da elaboração deste artigo. A ideia, pois, é construir um diálogo entre a memória do 30 de março que está presente nos monumentos e patrimônios da cidade e a abordagem historiográfica do assunto nas escolas da cidade.

30 de março: a memória do abolicionismo em Benevides

Em 1884, a cidade de Benevides se consagrou como uma das pioneiras na luta contra a escravidão no país, ficando atrás apenas da província do Ceará, mas se destacando como a primeira da Amazônia a romper com o escravismo.

Esse fato histórico de potencial relevância para o município da zona metropolitana de Belém, é lembrado com muito orgulho por parte da população que conhece um pouco da história desta terra, no entanto nem todos dão a devida valorização ao episódio abolicionista seja por desconhecimento sobre o assunto ou por não ter dimensão do grau de importância para a história do processo de abolição no Brasil.

A partir disso, há de se ressaltar a riqueza de memória referente ao 30 de março dentro do município. Não faltam lugares e monumentos que proporcionam à ligação com o passado do abolicionismo, seja no caminho para o centro da cidade, onde se pode encontrar o Monumento da Liberdade, seja no distrito de Benfica, cujo antigo Cartório, ao lado da praça do bairro, foi o lugar de cerimônia da assinatura das cartas de alforria, em 1884.

Baseado nesta ideia, para Nayara de Carie e Débora da Silva (2021, p. 55), “o passado deixa marcas no território e a patrimonialização⁷ se constitui numa forma como a sociedade lida com elementos materiais e ou imateriais do passado e do presente”. Diante do exposto, o questionamento que fica é: a memória do 30 de março, registrada nos patrimônios da cidade, é valorizada?

A começar pela perspectiva do município, Benevides por intermédio da prefeitura, sancionou a Lei nº 1.167 de 23 de novembro de 2015 a qual tinha por objetivo a criação da *Casa de Memória de Benevides* (museu municipal). A ideia era difundir a história e a memória da cidade, ressaltando toda a sua importância na formação do Estado do Pará e, em âmbito nacional, sua participação na abolição da escravatura. Posto isso, entende-se que a iniciativa do poder público da época foi imprescindível referente à valorização da cultura histórica da localidade.

⁷ Compreende-se por patrimonialização “uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural” (SILVA, 2011).

Contudo, alguns anos antes, em 2011, o jogo político e de poder fez com que alguns moradores de Benevides, ligados à política paraense, movimentasse-se para transformar o 30 de março em Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará (CRAVO, 2014). O historiador José Leôncio Ferreira de Siqueira, cujo papel foi primordial no reconhecimento do 30 de março como patrimônio cultural do Pará, criou o projeto para apresentar à Câmara Legislativa do Estado do Pará.

“Com a apresentação do projeto por José Siqueira à Assembleia Legislativa do Estado do Pará em 2011, e defendida pela deputada estadual Luzineide Farias, natural do município de Benevides, o Projeto de Lei nº 056/2011, transformou a data comemorativa de 30 de março de 1884 em Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará. Meses após a tramitação e análise do pedido feito pela deputada, Helenilson Pontes o governador em exercício, reconheceu o Projeto de Lei nº 7.619, de 18 de abril de 2012, delegando a data como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará e o município de Benevides como a “Terra da Liberdade”. Essa conquista a partir da articulação política de um ramo dos moradores de Benevides foi bastante comemorada e transformou a data em feriado municipal no que ocorrem várias atividades na cidade. Com a intenção de arregimentar todos os seus moradores a se identificarem com a questão e tornando-se um elemento cada vez mais forte de identidade.” (CRAVO, A. C. T., 2014, p. 118-119)

Nesse viés, a mobilização dos envolvidos na preservação desta memória se fez determinante para a continuidade da marca de Benevides, a “Terra da Liberdade”. Entretanto, existe uma problemática com relação à própria memória que é destacada no 30 de março, isto é, a memória de uma abolição pacífica e sem radicalismo, o que não condiz com a história de luta e resistência de Benevides.

Ana Carolina Cravo (2014, p. 119) conta que na comemoração do centenário da redenção dos escravos de Benevides, em 1984, a prefeitura criou o chamado álbum histórico “Terra da Liberdade”, no entanto o silenciamento da radicalização do movimento abolicionista deixou escancarado os interesses por trás do 30 de março. Mediante à fala de Ana Cravo:

“chama atenção no Álbum Histórico à forma como foi organizado salientando a ausência de conflitos, insatisfações, revoltas e manifestações em toda história de Benevides, contada pelo mesmo desde seu início como núcleo agrícola. Procurando somente ressaltar a memória dos momentos gloriosos do município como, por exemplo, a ousadia da ex-colônia em libertar seus escravos quatro anos antes

da Lei Áurea. Relegando assim ao esquecimento de uma radicalidade existente no movimento abolicionista da região, buscando talvez desviar a atenção sobre uma imagem de rebeldia que o hoje município já demonstrou.” (CRAVO, 2019, p. 119)

Um dos episódios de rebeldia que se pode frisar aqui, é o caso da escrava Severa a qual foi perseguida e presa pela polícia em 12 de agosto de 1884, meses após a abolição. O acontecimento provocou revolta e indignação em Benevides, promovendo até mesmo um levante na delegacia do então núcleo colonial com a participação de membros da SLB. O jornal *Diário de Notícias* destacou no dia 14 de agosto de 1884:

“Acaba de chegar ao nosso conhecimento que, ante-hontem, houve um levantamento na colonia Benevides, motivada pela prisão de uma supposta escrava da viuva Azevedo, mandada effectuar pelo subdelegado.

O povo, revoltado contra o arbitrio da autoridade, invadio a cadeia, arrombou a porta á golpes de machado e pôz em liberdade a victima.

Houve grande tumulto e muita pancadaria entre a força e o povo.

Os animos conservam-se exaltados.”⁸

Sabe-se que os movimentos abolicionistas que estavam ativos por todo o país, incomodavam os senhores de escravos que faziam parte dos lugares de poder. Portanto, à medida em que as notícias de Benevides como núcleo abolicionista se espalhavam, a perseguição à SLB e a todos os envolvidos direta ou indiretamente na libertação dos escravos aumentava e, conseqüentemente, o radicalismo como forma de resistência era uma das soluções, como foi o caso Severa.

“Assim que soube o subdelegado dos acontecimentos, seguiu correndo para o local do levante e ao chegar pode ver a escrava saindo da cadeia. Dando então voz de prisão a Ferreira Braga, a escrava, e aos escravos participantes, porém, não pode efetivá-la visto que a força policial naquele núcleo era exigua. A prisão não se fez ainda porque ao perceberem a chegada do subdelegado, o grupo que libertou a escrava pôs-se a gritar “haja cacêtes”; “haja paó” iniciando logo em seguida um conflito com as praças. Saindo feridos do combate duas praças e Ferreira Braga, os escravos dispersaram-se durante o tumulto, bem como Antônio dos Santos que não tomou parte do conflito.” (CRAVO, 2011, p. 71)

⁸ Diário de Noticias. Movimento em Benevides – Levantamento de Escravos – Arrombamento de Cadeia – Intervenção da Força Armada – Animos exaltados. 14/08/84. p.2. col.2.

Logo, percebe-se que a tentativa de silenciar ou apagar a memória de radicalismo na Terra da Liberdade se fez e ainda se faz, uma vez que no feriado municipal do 30 de março, a memória que é difundida continua sendo a de festa para uma abolição “pacífica”.

Figura 3: Monumento da Liberdade de Benevides



Fonte: arquivo pessoal – Henrique Cavalcante

Dando ênfase no tocante ao patrimônio material de Benevides, cuja memória do 30 de março se faz bastante presente, é válido acentuar a sua parcela de importância para a preservação da memória do abolicionismo. Outras vezes citado, o Monumento da Liberdade de Benevides, na entrada da cidade, o busto de um homem liberto, na Praça da Liberdade, o antigo Engenho de Santa Sophia, além do antigo Cartório de Benfica e os símbolos que fazem referência ao 30 de março, como no hino do município e próprio brasão da cidade são traços marcantes da nossa história que não devem ficar apagados para a população e, além de tudo, devem ser preservados a partir da execução da plena cidadania.

“Considerar a preservação do patrimônio histórico como uma questão de cidadania implica em reconhecer que, como cidadãos, temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país” (ORÍÁ, 2005, p.140).

O autor destaca, em sua reflexão, a necessidade de tratar da preservação do patrimônio histórico como uma obrigação cidadã, mas também como um direito à memória que deve ser de acesso a todos. Entretanto, a falta de consciência da população em reconhecer o quão preciso é conservar os focos de memória da nossa história acaba se tornando um problema.

Para Evelyn de Oliveira e Rodrigo Peixoto (2022, p. 113), “a materialidade da história de Benevides, na maioria das vezes, passa despercebida sob nossos olhos”. Dessa forma, pode-se constatar que muita desta materialidade histórica é suscetível de se trabalhar nas escolas para a construção de um conhecimento crítico sobre a história do 30 de março, em Benevides, mas para isso é preciso que seja evidenciada pelo corpo escolar da localidade.

Inerente a isso, portanto, discutiremos a seguir sobre as possibilidades de trabalhar o ensino de história a partir dos patrimônios materiais e imateriais que fazem alusão à memória da libertação dos escravos de Benevides. Todavia, a desvalorização dos lugares de memória e dos símbolos históricos da cidade por parte de uma parcela da população pode ser reflexo da postura das instituições de ensino básico e do próprio poder público, uma vez que estão interligados.

A abordagem historiográfica do 30 de março nas escolas de Benevides

Para o caro leitor ou leitura que estiver acompanhando este breve artigo, trago-lhes uma reflexão para além do tema Abolição da escravatura de Benevides. Vamos falar sobre as principais datas magnas instituídas nacionalmente e estudadas com obrigatoriedade a partir da BNCC, tal como o 7 de setembro. Desde muito cedo nos debruçamos acerca do tema e os fatos são destrinchados detalhe por detalhe nas salas de aulas, intrinsicamente ligado ao ensino tradicional o qual a memorização de datas e de grandes nomes quase sempre estão no foco do ensino de história.

Ainda sobre o assunto, porém sendo um pouco mais regional, o 15 de agosto referente à Adesão do Pará à independência do Brasil, pouco tem espaço durante as abordagens do conteúdo em decorrência da carga horária limitada do professor

de história, no entanto mesmo quando o tema vem à tona, reflexões mais profundas dificilmente são efetuadas.

Falar do 30 de março, nas escolas de Benevides, entretanto, transforma-se em uma missão ainda mais sensível e difícil. Notavelmente, a data em questão é comemorada tanto nas escolas quanto em outros âmbitos da cidade, todavia a preocupação da reflexão lançada aqui diz respeito à contenção da temática ao campo do passado, ignorando o nosso presente recheado de racismo por todos os lados. Logo, o questionamento que fica aqui é em relação ao tipo de abordagem que os professores e gestores estão usando para tratar do 30 de março nas escolas. Nesse sentido, para os cientistas sociais, Evelyn de Oliveira e Rodrigo Peixoto:

“A valorização e o reconhecimento são dois objetivos básicos para a mobilização antirracista em qualquer contexto, mas isso só pode ocorrer se conhecermos a história de luta, os objetivos e o impacto que nossa ação ou omissão gera em nossa sociedade.” (ABREU; PEIXOTO, 2022, p. 113)

Ao falarmos da luta antirracista, em hipótese alguma, devemos deixar de fora dos primeiros lugares de mobilização contra o racismo, as escolas, haja vista que a não omissão do lugar de ensino-aprendizagem é fundamental para a formação da consciência histórica e antirracista dos alunos. Contudo, a infeliz existência do racismo por omissão, o qual Lélia Gonzalez (2020) classifica como aquele que “implica no esquecimento e na invisibilização do problema racial”, ainda se faz presente até mesmo no campo escolar, fato que garante, muitas vezes, a ignorância do tema racismo ao falar sobre o feriado municipal.

Ligado a isso, de acordo com Sônia Nikitiuk (2012, p. 17), “aquilo que é definido como saber ou conhecimento escolar, na verdade, constitui uma relação particular e arbitrária de um universo muito mais amplo de possibilidades”. Seguindo essa linha de raciocínio, salienta-se a potencialidade dos alunos em criar uma identificação particular com a temática abordada nas escolas, neste caso, pode-se usar como exemplo a luta e resistência dos indivíduos contra a opressão racista que culminou na abolição da escravidão, atrelada à educação antirracista de hoje.

Entretanto, para que isso possa ser legitimado, é preciso que as escolas não se restrinjam ao ensino factual, o mesmo que exclui as demandas do presente.

Com base nessas ideias, foi realizada uma pesquisa em 4 escolas públicas (municipais e estaduais) e 1 privada do município de Benevides, cuja maior parte das instituições selecionadas estão localizadas no distrito de Benfica que possui um total de 16 escolas. Esse levantamento se deu com base em 5 perguntas semiestruturadas as quais os professores entrevistados tiveram liberdade para argumentar a partir de suas experiências em sala de aula e basilar ao seu olhar a respeito da liderança das escolas na organização do 30 de março.

Diante disso, abaixo você poderá visualizar cada pergunta que foi elaborada e aplicada nas entrevistas:

Tabela 2 - Perguntas aplicadas nas entrevistas com os educadores

Você, enquanto profissional da educação, acredita na importância de refletir sobre o 30 de março? Por quê?
Durante a organização do calendário escolar, existe planejamento voltado para este dia em específico? Se sim, o que é pensado?
De que maneira a temática é abordada para os alunos?
Você acha que a abordagem escolar, limita-se ao campo factual?
Você acredita que as reflexões do 30 de março, da maneira como são realizadas, na escola, promove uma mudança social de pensamento e luta antirracista?

Fonte: autoria própria.

Os profissionais entrevistados foram 5, sendo 3 professores de História e 2 duas gestoras. Perante a isso, para manter o anonimato dos participantes da pesquisa, foram atribuídas denominações simples apenas para identificar os sujeitos que contribuíram com as respostas, como você pode ver a seguir.

Tabela 3 - Informações sobre os participantes

Nome	Tempo de experiência
Gestora 1	18 anos (gestão, coordenação e docência)
Gestora 2	30 anos (gestão, coordenação e docência)
Professor 1	25 anos (docência)
Professor 2	16 anos (docência)
Professor 3	Não informado

Fonte: Organizado pelo pesquisador, 2022.

Partindo para a observação acerca das respostas, a primeira pergunta visou entender o grau de importância da reflexão sobre esta data, 30 de março, nas escolas do município. As respostas tiveram pouca divergência de ideias, haja vista que todos entendem como de extrema relevância as discussões e pensamentos sobre a temática em questão. No entanto, chamou a atenção a resposta do professor 2, pois segundo ele, além da importância de falar sobre o 30 de março de 1884, também é necessário ressaltar para os alunos e os inserir nesta linha de raciocínio o questionamento referente à vida daqueles homens e mulheres que, em tese, estavam sendo libertos, contudo, permaneceram às margens das sociedades, sem direitos e sem suporte para viver com dignidade.

Outrora, quando perguntado aos educadores sobre a organização e planejamento do calendário escolar e se havia programação para o 30 de março, as respostas foram bastante distintas. Por ser tratarem de escolas municipal, estadual e privada, já era esperado uma pequena divergência, porém pude identificar maior mobilização por parte das escolas municipais do que das escolas estadual e privada. Em resposta, a Gestora 1 argumentou:

“Sim, tem um calendário, tem um pedido específico pra que a gente trabalhe esta data. A gente tem apresentações culturais tanto na escola, quanto no centro, na praça. A gente faz esse tipo de alusão a essa data. É uma data muito trabalhada.”

Seguindo a mesma risca, a Gestora 2 relatou:

“Sim, todo calendário escolar, benevidense, ele tem esse dia destacado, até mesmo porque existe um decreto municipal que estabelece, um projeto de lei que estabelece o 30 de março como feriado municipal. Então por se tratar de uma data histórica, já vem

muito claro no calendário escolar ele é pensado desde quando foi pensado o projeto de lei e se tornou lei, esse dia estabelecido como um dia especial para Benevides, um dia de celebração para essa liberdade. Sempre a secretaria de educação ela traz isso no calendário e é trabalhado na escola durante o mês todo, praticamente, de março e ele culmina no dia 30. No dia 30, sempre a secretaria de cultura também tem alguma coisa já nessa linha de apresentações onde as escolas são convidadas a levarem suas apresentações, suas culminâncias, suas dramatizações e todo qualquer trabalho voltado para esse dia são apresentados em uma espécie de mostra cultural”

Mediante a essas respostas, constata-se que a mobilização entorno deste feriado municipal é pautado em lei e, por isso, as escolas municipais, além de se planejarem para tal evento, com apoio da prefeitura, realizam apresentações culturais de cunho reflexivo. Pierre Nora (1993), afirma que a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Tal pensamento, escancara a pertinência de eventos como os mencionados na fala da Gestora 2, uma vez que o contato com a memória intrinsecamente ligada à cultura afro-brasileira, ajuda no desenvolvimento do senso crítico dos alunos.

Diferentemente das respostas anteriores, os professores das escolas estadual e privada fizeram críticas à ausência de planejamento e programação para o 30 de março. Não obstante, afirmaram ter dificuldades para tratar sobre a temática, de maneira mais precisa, por conta da demanda de assuntos obrigatórios atrelados à BNCC, mas também a carga da preparação para o vestibular a respeito da escola de ensino médio. Dessa forma, mais uma vez voltamos ao questionamento a respeito do ensino regional que é, na maioria das vezes, ignorado para dar conta do ensino macro da história. O professor 3 da escola privada abordou:

“Trabalho a 2 anos em uma escola privada do município de Benevides, mas não vejo nenhuma postura oficial da escola quanto ao dia. Então não há, especificamente, um calendário escolar que trate exatamente do dia. Na minha visão deveria ter, até porque é necessário discutir a memória e construir uma história de inclusão da sociedade negra, né, afro-brasileira.”

Desse modo, vale ressaltar que um dos objetivos deste artigo é, justamente, fazer uma crítica à postura que as escolas têm acerca deste feriado de alusão à liberdade que aqueles homens e mulheres estavam conquistando. Entretanto, também se almeja causar a reflexão sobre a luta antirracista que, em teoria, seria instigada com uma maior preocupação das instituições de ensino pública e privada.

Ademais, embora já tenha ficado nítido que as escolas que não são de ordem municipais têm menos espaço para tais abordagens, os docentes entrevistados foram enfáticos com relação a importância de sua autonomia em sala de aula, tendo em vista o pouco amparo da comunidade escolar. Conforme a fala do professor 3:

“Como eu falei, a nossa iniciativa é mais individual, mais própria, né. A gente tenta fazer uma abordagem, assim, histórica do tema, falar do momento histórico que aconteceu naquele período. Mas principalmente fazer uma abordagem mais sociológica, mostrando que a luta das minorias, dos negros, pelos seus direitos tem que ser diária, tem que ser constante, pra ir construindo essa identidade de luta no dia a dia, né, não só naquele momento do 30 de março. A luta nunca cessa, nunca acaba.”

Atrelado à visão do entrevistado citado, o professor 2 reforça:

“Em sala de aula, em tal escola, eu acho que a forma como se trabalha é muito pontual, vai depender muito da postura do professor, tendo uma autonomia para discutir tais assuntos, no sentido de entender de que é uma atuação dele mesmo. Não existe uma articulação da comunidade escolar, onde eu trabalho, no sentido de fazer uma abordagem ampla que abarque toda a comunidade da escola privada”

Fundamentado nessas respostas, pode-se inferir que os momentos de discussão referente ao 30 de março poderiam ser mais ligados à reflexão da efeméride, caso as escolas tivessem uma maior mobilização acerca do assunto. Diferentemente do que foi observado nas ações das duas instituições municipais presentes na pesquisa cujo corpo escolar demonstra mais atividade para tratar do tema.

A abordagem do 30 de março utilizada nestas duas unidades municipais de educação, pode-se caracterizar como relativamente satisfatória. Segundo as gestoras 1 e 2, a forma de como se trabalha o tema, varia dependendo das faixas etárias. Como se trata de escolas que têm da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental I, foi relatado que as primeiras séries são instruídas a produzirem desenhos e textos a partir das experiências propostas, tal como palestras com

ativistas negros da causa antirracista, além visitas a alguns pontos históricos da cidade, a exemplo do antigo cartório de Benfica, onde ocorreu a assinatura das cartas de alforria.

Figura 4: Antigo Cartório de Benfica, Benevides.



Fonte: site Minube

Mudando para o resultado da pergunta 4 alusivo ainda sobre a forma de abordagem para os alunos, perguntou-se ao corpo de entrevistados se acreditavam que o ensino do 30 de março está restrito apenas ao campo factual, isto é, ao conteudismo. Inerente a isso, leva-se em consideração a retórica do professor 2 a respeito do ensino factual:

“Sim, a gente está preso, é uma questão muito factual, né, o professor tendo uma atitude particular no sentido dele mesmo ter a autonomia de fazer a discussão, não é o suficiente. Seria muito mais importante entender que o 30 de março deveria ser lembrado por instituições importantes como as governamentais; a família deveria ter essa consciência. Então, não basta somente o professor e a escola fazer ou ter esse papel, mas conjuntamente, né, então é o meu olhar sobre essa questão do fato, que é importante, mas ficar somente nele é muito limitado. A construção da memória requer ações diversas de construção e legitimação.”

Logo, com fins de comparação e problematização, chamou atenção o fato das gestoras 1 e 2 responderem à pergunta 4 com desconhecimento acerca da abordagem não factual, ou seja, para fomentar a reflexão dos alunos sobre o respeito, conseqüentemente, eliminando ideias racistas que venham a se desenvolver com o tempo. As respostas tiveram partes como “quando os alunos passarem pela praça e verem o nome de um escravo, vão lembrar do 30 de março”.

Nesse sentido, a inquietação fica entorno de nenhuma das duas falar do assunto com a finalidade de combater o racismo por meio das reflexões.

Por último, questionou-se a visão dos educadores sobre o que achavam das reflexões desta data, isto é, se concordavam ou discordavam da importância de os debates serem construídos visando uma mudança social de pensamento e luta antirracista. Todos afirmaram que sim, é de extrema necessidade, porém com algumas críticas, em conformidade com o professor 1:

“Não funciona da maneira que desejamos, pois existem outras instituições que não ajudam em tal luta. Mas ao menos lançamos a semente da luta por uma sociedade menos preconceituosa.”

Considerações finais

Benevides, antigo núcleo colonial agrícola, rebatizado para Colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides, pouco tempo depois, cuja história de luta e resistência, seja dos nossos irmãos cearenses, seja dos grandiosos africanos proporcionaram à Benevides o status de “Berço da Liberdade” e “Terra da Liberdade”, palavras que expressam a memória da abolição dentro do município cujo pioneirismo, na Amazônia, destaca-se na história nacional da luta contra a escravidão.

A memória, tão importante para entendermos o nosso lugar de origem, faz-se firme na Terra da Liberdade, apesar das tentativas de silenciamento e apagamento dos momentos mais condizentes com as lutas de resistência contra o sistema escravista do século XIX e contra o racismo escancarado ou por omissão, no século XXI.

O 30 de março, protagonista deste artigo, é considerado por lei, Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do estado do Pará, contudo vale ressaltar que embora seja um marco de extrema importância para as reflexões antirracista, não podemos cair no erro de pensar que as discussões de combate ao preconceito racial devem se restringir à data abolicionista de Benevides.

Por outro lado, é imprescindível reconhecer que a história do município contida, em parte, no 30 de março, não pode ter um papel pequeno em uma terra tão rica e significativa. Logo, cada vez mais devemos enfatizar a necessidade de criticar o poder público, municipal e estadual, o qual é fundamental para o investimento em cultura e educação, sobretudo para a capacitação dos profissionais da educação (professores, gestores e demais membros), tendo vista que para falar de educação antirracista, deve-se primeiro ter autoridade no assunto.

Neste sentido, portanto, revisar as práticas de ensino para trazer à tona um ensino histórico-social mais reflexivo e menos factual pode acarretar possibilidades mais eficazes de abordagem do 30 de março. A partir disso, consciência histórica, antirracista e cidadã, interligadas, pode ser determinante para a formação de alunos e futuros adultos menos preconceituosos e mais adeptos da causa antirracista, filhos da Terra da Liberdade cujos gritos de “Hája Cacêtes” e “Hája Páo” continuarão ecoando pela História de luta e resistência de Benevides.

Referências

ABREU DE OLIVEIRA, E. T.; PEIXOTO, R. Racismo por omissão e luta antirracista: da colonialidade à resistência em Benevides/PA. Em Tese, Florianópolis, v. 19, n. 01, p. 108-128, jan./jun., 2022. Universidade Federal de Santa Catarina.

ARRUDA, Gilmar. Para que serve o ensino de história?. *História & Ensino*, 8, 37–45, 2002.

BENEVIDES, Lei 1. 167 de 23 de novembro de 2015. Dispõe sobre a criação da Casa de Memória de Benevides – Museu Municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://benevides.pa.gov.br/pagina/3084/lei-n-1.167--2015-dispe-sobre-a-criao-da-casa-da-memria-de-benevides--museu-municipal-e-d-outras-providncias>

CARVALHO, Keila Auxiliadora. Metodologia do ensino de História [recurso eletrônico] / Keila Auxiliadora de Carvalho. Viçosa, MG: UFV / CEAD, 2012.

CARIE, Nayara Silva de; SILVA, Débora Cristina Alves da. O TRABALHO COM MONUMENTOS COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS DE INVISIBILIZAÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS. *História & Ensino*, Londrina, v. 27, n. 02, p. 51-71, jul./dez. 2021.

CRAVO, Ana Carolina Trindade. A SOCIEDADE LIBERTADORA DE BENEVIDES: Abolicionistas, escravos e colonos na luta contra a escravidão (1881-1888). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social na Amazônia, Belém, 2014.

CRAVO, A. C. T. . Foragida, e acoitada por uma Sociedade que se diz abolicionista: o caso de Severa e a Sociedade Libertadora de Benevides (Grão-Pará, 1884). Revista Estudos Amazônicos, v. VIII, p. 346-369, 2013.

CRAVO, A. C. T.. Escravos, abolicionistas e uma sociedade que se diz abolicionista: O Quilombo abolicionista de Benevides. (Grão-Pará, 1880-1888). In: XXIII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e diálogo social, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História., 2013.

CRAVO, A. C. T.. Uma Memória Esquecida: Radicalismo na colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides. In: XXIX Encontro Nacional dos Estudantes de História., 2009, Belém. Anais do XXIX Encontro Nacional dos Estudantes de História., 2009. v. I. p. 441-452.

CRAVO, A. C. T.; BEZERRA NETO, Jose Maia. A Terra da Liberdade na Amazônia: faces da história e memória do abolicionismo na antiga colônia agrícola de Nossa Senhora do Carmo de Benevides. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ , 2021.

DOMINGUES, P.. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, 2005.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e Cidadania. Uma proposta alternativa para o Ensino de História. In: Revista Brasileira de História. v. 13. n. 25/26. set/92, out/93. p.265- 282.

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2020, p. 220-221.

NIKITIUK, Sônia L.. Repensando o ensino de história / Sônia L. Nikitiuk, (org.). – 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. SILVA, D. N.

SANTOS, Julio Cesar Paixão. CONTEÚDOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: A ABORDAGEM TIPOLOGICA DOS CONTEÚDOS NO ENSINO DE HISTÓRIA. XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, 2020.

SEVERO SOBRINHO, Antonio. A História não é “decoreba”: os desafios de história no ensino médio na Escola Estadual Adriano Feitosa Tavares – PB. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SILVA, S. S. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Revista Aurora, n. 7, Jan/ 2011. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>. Acesso em: 12/03/11.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira. Terra da liberdade – Benevides: História e colonização. 1ª edição. Belém: Delta gráfica e editora Ltda, 2014.

IBGE. População de Benevides. Disponível: [IBGE | Cidades@ | Pará | Benevides | Panorama](#). Acesso em 03/06/2022.